

## À COMUNIDADE EDUCATIVA

**No dia 4 de Outubro, com a nova composição da Assembleia da República que resultará das eleições legislativas, será dado um passo decisivo para o futuro da educação e da escola pública, ao longo dos próximos quatro anos**

A Legislatura que agora termina fica marcada, na Educação, pelo agravamento da política que tinha sido iniciada pelos governos anteriores, designadamente pelas decisões tomadas pela ex-ministra Maria de Lurdes Rodrigues e pela sua equipa.

O desinvestimento na Educação, levado a cabo por Nuno Crato e pelo governo PSD/CDS, foi superior a 2 mil milhões de euros (sem ter em conta o Ensino Superior Público), com cortes orçamentais que colocam Portugal na cauda dos países da OCDE em financiamento da educação pública. Simultaneamente, deu-se continuidade ao favorecimento do ensino privado, através da criação das “escolas independentes”, da criação de um novo tipo de contratos de associação (com o objectivo de promover a concorrência directa entre privado e público), e do cheque-ensino.

A Escola Pública que serve à política de direita assenta na opção por vias vocacionais e profissionais duais (respostas educativas diferenciadas sob a pretensa dicotomia ensino técnico profissional/acesso ao ensino superior), promovidas pelo governo por diversas formas incluindo a «municipalização da educação».

O que a política de direita visa é:

- criar uma Educação Pré-Escolar destinada à guarda de crianças durante os períodos de trabalho dos pais, que são vítimas de uma cada vez maior desregulação laboral, incluindo dos respectivos horários;
- reformular o 1.º Ciclo que, tal como o antigo ensino primário, constituirá um primeiro momento de selecção confirmado com o exame do 4.º ano;
- introduzir paulatinamente no sistema educativo vias diferenciadas, que desaguarão nos cursos ditos vocacionais e no profissional dual.

Pelo caminho ficarão ainda, por falta de resposta específica, milhares de jovens com necessidades educativas especiais.

Para a generalidade das crianças e jovens haverá a Escola Pública que transmitirá conhecimentos básicos e ajudará a desenvolver capacidades técnico-profissionais através de métodos de treino intensivo. Para os filhos da média e grande burguesia haverá a resposta privada, de elevada qualidade que, para além de acesso ao conhecimento nos seus níveis mais desenvolvidos, irá também promover a construção de competências de “liderança”.

Opondo-se a estas orientações políticas e ideológicas, **a CDU defende e tem propostas alternativas**, que assentam no direito de todos os cidadãos terem as mesmas oportunidades de acesso ao conhecimento e às qualificações académicas que desejarem, sem discriminação devida às condições económicas, sexo, raça ou credo político ou religioso.

### A CDU DEFENDE E TEM PROPOSTAS ALTERNATIVAS

- Investimento numa Escola Pública de qualidade com a gratuidade de todo o ensino público como prioridade estratégica, objectivo a atingir de forma progressiva, num prazo máximo de seis anos, com a distribuição gratuita dos manuais escolares no ensino obrigatório;
- Aprovação de Lei de Financiamento e Autonomia da Educação e a reposição, nos próximos quatro anos, dos mais de 2 mil milhões de euros retirados aos orçamentos da educação na legislatura que agora termina;
- Aprovação de uma nova lei de gestão democrática que respeite os princípios, objectivos e valores consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo;
- Revogação do processo de municipalização com o objectivo de impedir a perda de autonomia administrativa e pedagógica das escolas e combater a sua privatização;
- Reorganização da rede escolar, o que inclui todo o sistema público, reafirmando o carácter supletivo do ensino privado;



- Garantir a todas as crianças a partir dos 3 anos resposta na rede pública de pré-escolar;
- Reorganização curricular tendo em conta a necessidade de uma escola orientada para a formação da cultura integral dos jovens;
- Adopção de um modelo de avaliação das escolas que contribua para superar dificuldades e reforçar a autonomia;
- Profunda revisão dos regimes de formação (inicial, contínua, especializada) de professores;
- Criação de condições de estabilidade do corpo docente e demais trabalhadores das escolas, quer com a vinculação quer revogando o regime de requalificação;
- Conversão em contratos sem termo, dos contratos a termo de todos os professores que satisfazem necessidades permanentes das escolas e o desbloqueamento das carreiras profissionais;
- Fim da Prova de Aferição de Capacidades e Conhecimento (PACC) e a adopção de um conjunto de medidas de desenvolvimento da qualidade da formação dos professores;
- Eliminar a possibilidade de redução da carga horária de Educação Física no Ensino Secundário e no 3º Ciclo do Ensino Básico;
- Aprovação de novos modelos de avaliação dos estudantes, assentes em princípios de valorização da avaliação contínua;
- Contratação dos meios humanos e materiais que garantam uma escola pública inclusiva e o apoio a todas as crianças e jovens que necessitem;
- Redução do número de alunos por turma em todos os ciclos de ensino;
- Aprovação de um plano de educação e formação de adultos, bem como de um programa de formação ao longo da vida;
- Revogação do actual Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e aprovação de um Contrato Colectivo de Trabalho que no essencial acompanhe as normas estabelecidas no Estatuto da Carreira Docente aplicado aos docentes das escolas públicas;
- Aprovação de um modelo de financiamento público do ensino artístico especializado que garanta a estabilidade das escolas e permita respeitar os direitos dos seus profissionais;
- Valorização das respostas públicas de ensino artístico, seja dos conservatórios públicos de música e dança, seja das escolas de ensino artístico públicas e garantia de condições de estabilidade aos seus profissionais;
- Extinção da empresa Parque Escolar e a recuperação para a esfera pública do seu património e trabalhadores;
- Contratação por tempo indeterminado de todos os funcionários que respondem a necessidades permanentes;
- Valorização do Ensino do Português no Estrangeiro, através de uma profunda revisão do seu regime jurídico, incluindo a necessária valorização do seu corpo docente e a abolição de propinas impostas às famílias.

O imperativo da luta pela construção de uma **Escola Pública, Gratuita, de Qualidade, Inclusiva e para Todos**, ao serviço dos portugueses e do País, está nas mãos do povo, dos trabalhadores do sector educativo, dos estudantes, contribuindo com a sua participação para o desenvolvimento integrado de Portugal.

No dia 4 de Outubro, em defesa da Escola Pública, é necessário eleger deputados comprometidos com uma política patriótica e de esquerda. **O teu, o seu voto conta.**

**VOTA CDU!**

**TRABALHO • HONESTIDADE • COMPETÊNCIA**

**Gente séria!**  
soluções para um Portugal com futuro

cdu.pt



Jerónimo de Sousa

CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV

